

À CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL DE MINAS GERAIS – CNR/COPAM

PA/CAP/Nº 438.028/2016

Referência: Relato de Vista que objetiva analisar o Recurso Administrativo interposto nos autos do AI/nº 89134/2015, lavrado em desfavor da empresa Magnesita Refratários S.A (inscrita no CNPJ sob o nº 08.684.547/0007-50) – atividade licenciada: Barragem de rejeitos/resíduos - Uberaba/MG.

1) Relatório:

O processo em debate foi pautado para a 178ª Reunião Ordinária da Câmara Normativa e Recursal - CNR, realizada em 25/05/2023, momento no qual houve solicitação de vista conjunta pelos conselheiros representantes das seguintes entidades: Conselho da Micro, Pequena e Média Indústria, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI-MG).

Conforme se extrai de informações disponíveis mediante acesso a cópia do AI em debate, a empresa recorrente é detentora de um empreendimento cuja atividade licenciada corresponde à Barragem de contenção de rejeitos/resíduos (DN COPAM 74/2004 – dispositivo revogado), regularizada ambientalmente – Processo Técnico nº 00178/1994.

O Auto de Infração nº 89134/2015 foi lavrado em decorrência de suposta falta de encaminhamento da Declaração de Condição de Estabilidade da estrutura intitulada “Tanque de Decantação IIB”, em discordância com os prazos estabelecidos nas Deliberações Normativas COPAM nº 62/2022, 87/2005 e 124/2008.

O interessado apresentou defesa tempestiva, no entanto, em decisão datada de 01/09/2022 (f. 90 dos autos), suas alegações não foram acolhidas, sendo o AI julgado procedente e mantidas as penalidades impostas em desfavor da empresa. Diante disso, foi apresentado Recurso Administrativo e o mesmo submetido à julgamento desta Câmara.

Trazemos, no presente Relato, o posicionamento dos Conselheiros que a este subscrevem, devidamente alinhado com a robusta legislação em vigor acerca do tema. O presente relato de vista é assinado Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Conselho da Micro, Pequena e Média Indústria, Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI-MG).

2) Das Razões Recursais

Trata-se do processamento de Recurso Administrativo apresentado pela empresa Magnesita Refratários S.A (inscrita no CNPJ sob o nº 08.684.547/0007-50) em face da determinação pela submissão a julgamento do AI nº 89134/2015 à CNR/COPAM.

A recorrente alega, em resumo, o seguinte: que a decisão foi emitida por autoridade incompetente; que a empresa apresentou todas as DCEs, na periodicidade indicada nas normas em debate e a aplicabilidade da prescrição intercorrente.

Apresentadas suas razões, por fim, requer o interessado seja reconhecida a nulidade da decisão de f. 90 com o conseqüente cancelamento da infração em debate e reconhecida a prescrição intercorrente. Superada eventualmente a nulidade em discussão, que sejam acolhidas as razões de mérito apresentadas no Recurso, tornando descabida a infração.

Após a análise dos fatos inerentes ao processo e diante dos documentos disponibilizados para consulta (conforme especificado no Relato), apresentamos as seguintes considerações:

2.1 – Da nulidade da decisão proferida no AI nº 89.134/2015

Em decorrência da apresentação do Recurso Administrativo pela empresa, foi emitida a Análise 56/2023, assinada pela analista ambiental Rosanita da Lapa Gonçalves Arruda, datada de 31 de março de 2023.

Da referida análise, consta a conclusão pela legalidade da decisão proferida nos autos às f. 114, com base no art. 16-C, §2º da Lei Estadual nº 7.772/1980. No entanto, tal dispositivo não se aplica ao caso em concreto e sequer fundamenta a decisão emitida pelo Diretor de Administração e Finanças da FEAM, Sr. Thiago Higino Lopes da Silva.

Dessa forma, entende-se aplicável o que determina o Decreto Estadual nº 47.760/2019, que contém o Estatuto da Fundação Estadual do Meio Ambiente, a saber:

Art. 17 – A Diretoria de Gestão de Resíduos tem como competência desenvolver, planejar e monitorar programas, projetos, pesquisas, ações e instrumentos relativos a reabilitação e recuperação de áreas degradadas por mineração no Estado, a gestão ambiental de resíduos sólidos e de barragens de resíduos ou de rejeitos da indústria e da mineração, com atribuições de:

§ 1º – Compete ao Diretor de Gestão de Resíduos:

I – decidir sobre as defesas interpostas quanto à aplicação de penalidades administrativas previstas na legislação, cujo valor original da pena de multa não seja superior a 60.503,38 Ufemgs, em relação aos autos de infração lavrados pelos servidores credenciados lotados na respectiva diretoria;

Considerando que a lavratura do Auto em comento foi efetuada pelo então Diretor de Gestão de Resíduos, de acordo com os argumentos apresentados pelo interessado em sede de Recurso, deveria assinar a decisão o Diretor de Gestão e Planejamento Ambiental.

Portanto, estamos diante de decisão emitida por autoridade incompetente para tanto, sendo imperioso determinar a nulidade do ato.

3 – Da Aplicabilidade do instituto jurídico da Prescrição Intercorrente

Inicialmente, cumpre ressaltar que o instituto da prescrição intercorrente é passível de aplicação diante de processos administrativos originados de autos de infração ambiental em âmbito federal, por força a Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999.

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais reconheceu a aplicabilidade da prescrição intercorrente com fundamento na legislação federal. Vejamos:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO ANULATÓRIA – SANÇÃO ADMINISTRATIVA – INFRAÇÃO AMBIENTAL – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – PROCESSO ADMINISTRATIVO – PARALISAÇÃO – PRAZO – DECRETO Nº 20.910/32. 1- Na ausência de regulamentação

específica, no âmbito do Estado de Minas Gerais acerca da prescrição intercorrente da pretensão punitiva do ente público, decorrente de infração ambiental, aplica-se por analogia, o prazo de cinco anos previsto no Decreto nº 20.910/32, incidente às pretensões em face da Fazenda Pública; 2- Há prescrição intercorrente da pretensão punitiva quando o procedimento de apuração do auto de infração ambiental fica paralisado, injustificadamente, por período superior a cinco anos. (Apelação Cível nº 1.0000.18.057043-4/004)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO ANULATÓRIA – MULTA AMBIENTAL – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – PROCESSO ADMINISTRATIVO PARALISADO POR MAIS DE CINCO ANOS – DECRETO N. 20.910/32 – RECONHECIMENTO. - “A regra de prescritebidade no Direito brasileiro é exigência dos princípios da segurança jurídica e do devido processo legal, o qual, em seu sentido material, deve garantir efetiva e real proteção contra o exercício do arbítrio, com a imposição de restrições substanciais ao poder do Estado em relação à liberdade e à propriedade individuais, entre as quais a impossibilidade de permanência infinita do poder persecutório do Estado”. (STF, RE 636886, Relator: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 20/04/2020). - Constatado que o processo administrativo para imposição de multa ambiental ficou paralisado por mais de cinco anos, deve ser reconhecida a ocorrência da prescrição intercorrente, pela incidência da regra geral da prescrição, contida no Decreto n. 20.910/32. APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0000.21.133706-8/001 - COMARCA DE BELO HORIZONTE - APELANTE(S): VALE S.A. - APELADO(A)(S): FUNDACAO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Na oportunidade, insta salientar que o Estado de Minas Gerais se utiliza de índices de correção monetária com a incidência de juros para a atualização dos valores arbitrados como multa pecuniária nos Autos lavrados em decorrência do cometimento de suposta infração ambiental. Portanto, não resta dúvida que a demora na análise desses processos é benéfica para a Administração Pública.

O presente AI ficou paralisado **por mais de 06 (seis) anos** contados do protocolo da peça de Defesa até a lavratura de decisão (f. 90).

O posicionamento dos Conselheiros que este subscrevem é no sentido de aplicar a previsão do instituto da prescrição intercorrente já tratado no § 1º do art. 1º da Lei Federal nº 9.873/1999, sustentado nos princípios constitucionais da segurança jurídica, estabilização de expectativas e duração razoável do processo (inciso LXXVIII, artigo 5º da Constituição da República de 1988).

4) Do Mérito:

4.1 – Da alegação pelo atendimento das Deliberações Normativas COPAM nº 62/2022, 87/2005 e 124/2008

A empresa alega em suas Razões Recursais que a estrutura fiscalizada é de classe II, dessa forma, de acordo com as comentadas Deliberações Normativas do COPAM, a obrigatoriedade de apresentação das DCEs seria a cada dois anos.

A Magnesita afirma ter apresentado à FEAM toda a documentação exigida nas normas relacionadas ao tema, segundo a periodicidade pertinente.

Portanto, conclui-se que, lamentavelmente, existe um problema no recebimento de documentos e sua identificação junto à FEAM, o que coloca em questão a suposta falta de apresentação das Declarações conforme declarado por aquele órgão, objeto da presente autuação.

4.2 – Da Atenuante

Prescreve o Artigo 68 do Decreto 44.844/08:

Art. 68 - Sobre o valor-base da multa serão aplicadas circunstâncias atenuantes e agravantes, conforme o que se segue:

“I - atenuantes:

(...)

c) menor gravidade dos fatos tendo em vista os motivos e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente e recursos hídricos, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em trinta por cento;”

Como se vê, diferentemente do que posiciona a FEAM, mero prejuízo para a estatística do órgão ou para o inventário de resíduos sólidos não configura consequência para a saúde, para o meio ambiente, ou para os recursos hídricos. Configura tão e somente prejuízo burocrático para o órgão.

Portanto, a nosso ver, como se trata de uma infração estritamente ligada ao envio de informações, sem qualquer dano existente em campo, é o caso de adequação a esta atenuante, que entendemos deve ser aplicada.

5) Das Considerações Finais:

Diante de todo o exposto, somos favoráveis ao acolhimento do Recurso Administrativo, a fim de determinar a nulidade da decisão exarada nos autos e para reconhecer a prescrição da multa prevista no Auto de Infração nº 89.134/2015. Há de se reconhecer, de igual forma, a situação de mérito suscitada pelo Recorrente acerca da apresentação satisfatória dos documentos para a FEAM.

Em não acolhidos os termos do presente Relato, o que se admite apenas como argumento, somos pela aplicação da atenuante prevista no Art. 68, I, c do Decreto 44.844/08 e pela alteração dos momentos e índices de correção monetária aplicados, nos termos da Tabela da Corregedoria Geral de Justiça de Minas Gerais - a partir da definição do valor da multa até o 20º dia após a decisão administrativa definitiva. Taxa SELIC, a partir 21º dia após a decisão administrativa definitiva.

É o parecer.

Belo Horizonte, 23 de junho de 2023.

João Carlos de Melo

Representante do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM

Maria Eduarda Rodrigues da Cunha

Representante do Conselho da Micro, Pequena e Média Indústria

Adriel Andrade Palhares

Representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG

Adriano Nascimento Manetta

Representante da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI-MG).